

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O II PND foi um plano lançado para o quinquênio 1975-1979 e que estabelecia um conjunto de metas e estratégias com o objetivo de enfrentar desafios, tanto no fronte interno quanto no externo, relativos à desaceleração econômica, quanto no fronte externo, relativos à crise monetária derivada do fim do padrão ouro-dólar em 1971, da crise do petróleo e da subsequente desvalorização da moeda americana.

Com forte participação do Estado como planejador, o II PND considerou como prioridades resolver os “gargalos” da economia brasileira e avançar nos setores de bens de capital e de insumos industriais básicos, investir em ciência e tecnologia, necessárias à implantação de novos setores industriais, e melhorar a distribuição regional da indústria e a distribuição de renda.

Procurou ainda a renovação do setor exportador. Este dependia de produtos primários de demanda pouco elástica, e para sua modernização, foram desenhadas formas de indústrias que abastecessem o mercado interno e competissem nos mercados externos. A redução da dependência do petróleo importado foi também uma das principais metas do II PND, devido às consequências de custos e preços relativos no mercado interno.

Para essa transformação, o II PND explicitava ainda a necessidade de que as empresas multinacionais investissem no país. Estas já contavam com a proteção do mercado doméstico, facilidades para captação de recursos externos e estabilidade política para manter seu ingresso. Nesse novo ciclo de expansão, as multinacionais deveriam instalar-se na indústria de bens intermediários e contaram para isso com acesso a oferta de recursos naturais, incentivos fiscais e outras facilidades financeiras internas.

As empresas estatais e as empresas privadas nacionais também participaram desse ciclo de investimentos em associação com as empresas estrangeiras, como preconizava o Plano. Para o sucesso dessa associação, a liquidez internacional jogou papel importante como fonte de financiamento do II PND.

Essa liquidez internacional decorreu da crise econômica do início da década de 1970, que havia reduzido o comércio mundial e o investimento dos países desenvolvidos mesmo estes mantendo taxas de juros baixas devido à situação de recessão. Porém os países exportadores de petróleo tinham grandes saldos em balança comercial que precisavam ser aplicados. Parte desses recursos (conhecidos como petrodólares) foi destinada aos bancos dos países centrais e emprestada a países como o Brasil para financiar o programa de substituição de importações, tendo como demandantes empresas nacionais e multinacionais.

Ademais, o papel da política econômica do governo Geisel no período foi fundamental para tornar atrativas essas fontes de recursos externos. A política de câmbio, crédito, juros e preços públicos, que restringiu o crédito doméstico, induziu os agentes domésticos (públicos e privados) a preferirem o financiamento externo em razão de a taxa de juros doméstica manter-se elevada, tendo motivado as empresas a tomarem empréstimos a uma taxa de juros mais baixa, porém sujeita à flexibilidade.

Na sequência da implantação do plano, as restrições do crédito doméstico, o crescimento da dívida mobiliária e a defasagem na desvalorização cambial reforçaram esse comportamento de captura de recursos externos que acabaram, na mudança da situação internacional, por contribuir para a elevação da dívida externa. Com o segundo choque do petróleo em 1979, a elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e a decretação da moratória mexicana em setembro de 1982, ocorreu um redirecionamento dos fluxos de recursos no mercado financeiro internacional.

A situação tomada pelo II PND na elaboração do plano se reverteu e países como o Brasil passaram a ser exportadores líquidos de capitais para pagar os empréstimos contratados então com taxas de juros elevadas. Assim, entre 1964 e 1985 a dívida externa brasileira passou de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 100 bilhões em 1985, e a parte da dívida pública externa bruta triplicara entre 1972 e 1980, o que caracterizou o processo de estatização da dívida externa brasileira.

Em que pese a problemática do financiamento do II PND, seus resultados foram imprescindíveis. Sua implementação gerou saldos na balança comercial, permitiu o aumento das reservas internacionais e a diversificação da matriz industrial brasileira.

Referências

II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1974. **PND**, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980, cap 11. In: **A Ordem do Progresso**, 1990.

CASTRO, Antônio Barros. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. 1985.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso**. Brasília, FUNCEP, 1988.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O PAEG, instituído em 1964, teve por meta estabelecer mudanças importantes na economia brasileira, a fim de preparar o ambiente para os avanços que surgiriam nos anos seguintes. Além da política salarial, as principais políticas podem ser separadas em duas categorias: reformas fiscais e reformas monetário-financeiras.

Entre as reformas fiscais, pode-se mencionar a transformação de impostos cobrados sobre o faturamento da empresa (cobrados “em cascata”) em impostos sobre valor adicionado, ou seja, que incidem apenas sobre o valor agregado pela empresa ao preço do produto. Na primeira reforma fiscal, foram criados o imposto sobre produtos industrializados, federal (IPI), o imposto sobre circulação de mercadorias, estadual (ICM) e o imposto sobre serviços, municipal (ISS). Outra política de cunho fiscal ou segunda reforma fiscal que pode ser mencionada foi a criação de fundos de poupança compulsória, como o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Por fim, a regulamentação dos fundos de participação dos estados e dos municípios, financiados pelo IPI e pelo imposto de renda (federais), conferindo maior controle pela União dos recursos passados a esses entes federativos. Os resultados dessas reformas foram, principalmente, uma maior arrecadação, o que melhorou a situação fiscal do governo e as condições de investimentos (maior poupança, no caso dos fundos, e direcionamento do FPE e do FPM a investimentos).

Já entre as reformas monetário-financeiras, a primeira foi a criação do Banco Central com importância central, uma vez que concentrou quase todas as atividades de autoridade monetária em um único órgão, planejado para agir de maneira relativamente independente. A Lei n.º 4.728/1965, que disciplina o mercado financeiro e de capitais, estabeleceu e diferenciou as diversas instituições do Sistema Financeiro Nacional, como as sociedades de crédito, os bancos comerciais, os bancos de desenvolvimento, entre outros, foi a segunda reforma monetário-financeira. Isso permitiu a modernização do mercado de capitais nacional, atraindo mais investimentos, especialmente estrangeiro, para o financiamento do desenvolvimento que ocorreria nos próximos anos. Um terceiro avanço foi a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que foi criado em 1964 com o intuito específico de avançar o mercado da construção de residências, facilitando o acesso ao financiamento. Composto principalmente pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Caixa Econômica Federal, o sistema inclui outras instituições, como as sociedades de crédito imobiliário. O resultado geral dessas reformas monetário-financeiras, além do já exposto, foi a modernização e o aumento da credibilidade do sistema financeiro no Brasil. Além disso, criaram-se os meios para a implementação das políticas de estabilização que eram necessárias para o desejado combate gradual da inflação naquele momento.

Referências

ABREU, M. de P. et al. **A ordem do progresso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011, cap. 3.

LACERDA, A. C. de et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, cap. 8.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O investimento internacional pode ser realizado por meio do investimento direto ou do investimento de portfólio. Diferentemente do primeiro, o investimento de portfólio (IP) envolve investidores adquirindo ativos financeiros, como ações, títulos, em outro país para diversificar seus portfólios, porém esses investidores não administram os investimentos ou as empresas nas quais têm participação.

A dinâmica do investimento internacional de portfólio é condicionada tanto por fatores internos (fundamentos macroeconômicos dos países) quanto por fatores externos. Primeiramente, o contexto macroeconômico global joga papel relevante ao criar um ambiente de maior ou menor liquidez global. Nessa direção, as expectativas podem ser influenciadas por decisões de política econômica norte-americanas (decisões sobre a taxa de juros) que podem provocar aperto ou restrições nas condições monetárias e financeiras globais.

Conforme o cenário global, a aversão ao risco torna-se uma variável relevante na determinação dos fluxos de investimento de portfólio, quando os investidores selecionam ativos em moeda estrangeira, suas expectativas consideram o grau de risco de retorno de cada ativo, frente a fatores que podem afetar a taxa de retorno de suas aplicações. Quanto pior o cenário, maior a aversão ao risco, e o investidor internacional pode basear suas decisões no princípio da diversificação de risco (diversificação de portfólio), aumentando o número de receptores nos quais aplicam seus recursos.

Os fluxos de investimento internacional de portfólio têm ainda como determinantes as expectativas quanto ao comportamento futuro das taxas de juros e das taxas de câmbio, uma vez que essas duas variáveis são fundamentais para o cálculo da taxa de retorno do investimento. Diferentemente da taxa de juros do investidor doméstico, a taxa de juros relevante para o investidor internacional (que opera em moeda estrangeira) corresponde à correção da taxa de juros nominal pela variação da taxa de câmbio. Uma desvalorização cambial poderá induzir uma saída de investimento; inversamente, uma expectativa de manutenção do câmbio sobrevalorizado (em programas de estabilização baseados em ancoragem cambial) pode levar à entrada de investimentos.

Outros fatores importantes na determinação dos fluxos de capitais na modalidade portfólio são dados pela perspectiva de crescimento econômico e progresso técnico. Se dois países são semelhantes em dotação de capital, não havendo, portanto, diferencial de taxas de juros, pode ocorrer um movimento internacional de capitais em direção ao país com maior dinamismo econômico (crescimento e progresso técnico).

Incertezas relacionadas a mudanças no aparato regulatório afetam também o investimento de portfólio. A legislação relacionada aos fluxos de capitais (os chamados “controles de capitais”) constitui fator importante para a explicação dos movimentos de capitais, na medida em que a mesma pode afetar o volume e a composição do capital em um país. A regulação de setores chave da economia e o histórico do governo quanto a intervenções na economia, cumprimento de contratos e estabilidade regulatória também são fatores relevantes na decisão sobre a alocação de capitais internacionais.

Eventual impacto indesejável do investimento de portfólio sobre uma determinada economia, como uma saída abrupta de capital, pode resultar em medidas de natureza regulatória para reduzir no futuro a entrada de capitais e atenuar riscos desse capital sobre a estabilidade financeira do país.

Por fim, acrescente-se ainda, como determinante do investimento de portfólio, os custos de transação assumidos por investidores internacionais associados aos custos de obtenção, processamento e armazenamento de informações sobre o funcionamento dos mercados e a realização de transações em outros países.

Referências

KRUGMAN e OBSTETFELD. **Economia Internacional**. 2015.

GONÇALVES e BAUMANN. **A Nova Economia Internacional**. 2005.

WEISS, Maurício Andrade; PRATES, Daniela Magalhães. **Análise teórica e empírica dos determinantes dos fluxos de capitais financeiros para os países em desenvolvimento no contexto da globalização financeira**. Revista Nova Economia. v.27 n.2 p.85-117, 2017.

<https://www.scielo.br/>

IMF. “Uma abordagem integrada para a gestão dos fluxos de capital”. Internet: <<https://www.imf.org/>>.

IMF. “Por que o FMI está atualizando sua visão sobre os fluxos de capitais”. Internet: <<https://www.imf.org/>>.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

CARREIRA DE DIPLOMATA

Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 19/10/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Entre os vários modelos de duopólio, destacam-se os modelos de Cournot e de Stackelberg. Em ambos os modelos, as duas firmas competem em termos de quantidade, ou seja, em termos de quanto cada firma ofertará para, em conjunto, satisfazer a demanda do mercado.

No modelo de Cournot, as firmas produzem um produto homogêneo cujos consumidores determinam o preço que estão dispostos a pagar a partir das quantidades totais a serem adquiridas. O mercado é fechado, no sentido de que o número de firmas não se altera. Os duopolistas decidem quanto produzir simultaneamente, sem coalizão, ou seja, cada uma decide sem saber de antemão quanto a outra produzirá. Todavia, dado que cada firma conhece as estruturas de custo da outra e ambas são firmas racionais, o que uma firma decidir produzir levará em conta que a outra firma seguirá a mesma linha de raciocínio. No duopólio de Cournot, a quantidade ofertada agregada é maior do que seria no caso do monopólio, e o preço, consequentemente, é menor, de modo que o bem-estar da sociedade é maior do que o obtido sob monopólio.

No modelo de Stackelberg, as firmas também produzem um produto homogêneo em um mercado fechado. Nesse modelo, porém, há uma firma que funciona como líder, ou seja, uma firma decidirá quanto produzir antes da outra (seguidora). Obviamente, apesar da clara vantagem de tomar a decisão antes, a firma líder precisa considerar quanto a seguidora produzirá após observar a produção da líder, uma vez que o preço final do produto dependerá do total produzido. Assim, ao mesmo tempo em que a liderança dá mais poder de escolha, também impõe uma restrição de compromisso com a quantidade a ser produzida. No equilíbrio, a firma líder produzirá mais que a seguidora, e o preço de equilíbrio será menor que o preço de monopólio.

Comparando-se os dois modelos, verifica-se que o duopólio de Stackelberg gera um produto agregado maior que o de Cournot, ainda que, para a firma seguidora, a quantidade produzida e o lucro sejam menores. Em termos sociais, o modelo de Stackelberg gera mais bem-estar. Ambos os modelos produzem mais bem-estar que o monopólio, mas menos que a concorrência perfeita. Por fim, cabe lembrar que é necessária informação perfeita no modelo de Stackelberg, pois, caso a firma seguidora não consiga observar a produção da líder, o modelo colapsa em um duopólio de Cournot.

Referências

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: uma abordagem moderna. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015, cap. 28.

Outras comparações podem ser aceitáveis, desde que corretas e com base na teoria correspondente. Formulações matemáticas não são exigidas, mas, se utilizadas, deverão estar corretas.